



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



### Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Administração, 25.061.722/0001-87



### Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



### Equipe de Planejamento

HONNY CAYRES DE BRITO, Evilasio Melo da Silva



### Problema Resumido

A prefeitura municipal de Buriti do Tocantins - TO, necessita de serviços jurídicos especializados para atuar em demandas judiciais.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins enfrenta a necessidade urgente de contratar serviços jurídicos especializados para atuar em demandas judiciais. Essa demanda surge da complexidade das questões legais que envolvem a administração pública, incluindo contenciosos em diversas esferas, como cidadania, responsabilidade civil e direito administrativo. A falta de representação legal adequada pode comprometer não apenas os interesses da municipalidade, mas também a eficiência na gestão pública.

A presente contratação busca sanar lacunas existenciais no suporte jurídico, visto que a carência de assessoria técnica qualificada tem impactado diretamente na capacidade da prefeitura em administrar e responder adequadamente às demandas judiciais apresentadas. Sem o devido acompanhamento e representação, há riscos significativos de perdas processuais que podem resultar em prejuízos financeiros, além de danos à imagem institucional da prefeitura.

Atender a essa necessidade é fundamental para assegurar que a municipalidade atue em conformidade com a legislação vigente, garantindo, assim, a defesa dos interesses públicos e a manutenção da ordem



jurídica. A atuação proativa de profissionais especializados é essencial para prevenir litígios, garantir a regularidade fiscal e resguardar os direitos dos cidadãos, uma vez que a gestão pública deve zelar pelo bem-estar coletivo.

Portanto, a contratação de serviços jurídicos se justifica sobremaneira pela urgência em mitigar riscos, fortalecer a capacidade defensiva da administração municipal e promover um ambiente de governança responsável e transparente. Isso está alinhado ao interesse público, uma vez que reflete compromisso com a legalidade e eficiência na prestação de serviços à população.



## REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração de um estudo técnico preliminar para a contratação de serviços jurídicos especializados pela Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins deve considerar os requisitos necessários para garantir a seleção de propostas vantajosas e assegurar que a necessidade da administração pública seja plenamente atendida. Os requisitos a seguir foram definidos com base nas especificidades do serviço solicitado, visando à efetividade da contratação.

Requisitos:

1. O prestador dos serviços jurídicos deve ser uma pessoa física ou jurídica devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com comprovada regularidade em relação às obrigações profissionais.
2. A equipe técnica envolvida na prestação dos serviços deve contar com advogados com experiência mínima de 5 anos em Direito Público e atuação em demandas judiciais, comprovada por meio de currículos e portfólios.
3. O prestador deve ter realizado, nos últimos 24 meses, pelo menos 10 (dez) ações judiciais ou administrativas com êxito em matéria relacionada ao Direito Público.
4. O contrato deverá prever atendimento emergencial em casos de urgência, com disponibilidade para consultas jurídicas a qualquer hora, incluindo finais de semana e feriados.
5. As propostas devem incluir as especializações dos advogados envolvidos, como Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, entre outras áreas pertinentes, de modo a demonstrar a capacidade técnica necessária para o atendimento das demandas.
6. O prestador deverá apresentar uma estrutura de apoio que contemple pelo menos um assistente jurídico por advogado alocado, com formação superior em Direito e experiência prévia em atividades correlatas.
7. Relatórios mensais detalhados sobre as atividades realizadas, acompanhados de informações sobre o andamento de cada demanda e resultados alcançados, devem ser previstos no contrato.
8. O prestador deve garantir a confidencialidade das informações e documentos que tenham acesso durante a prestação dos serviços, assim como a proteção de dados sensíveis da administração pública.
9. É necessário que a proposta contenha condições claras sobre a forma de cobrança e valores, garantindo transparência e previsibilidade nos gastos da Prefeitura.

Esses requisitos visam assegurar a qualidade e a eficiência dos serviços jurídicos contratados,



promovendo condições equitativas na competição e evitando restrições indevidas ao processo licitatório.



## SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções disponíveis para a contratação de serviços jurídicos especializados:

### 1. Contratação de Escritórios de Advocacia Especializados

Vantagens:

- Expertise: Escritórios especializados oferecem conhecimento profundo em áreas jurídicas específicas, aumentando a probabilidade de sucesso nas demandas judiciais.
- Estrutura: Possuem infraestrutura estabelecida com equipe multidisciplinar (advogados, paralegais) e recursos tecnológicos que podem ser utilizados no atendimento às demandas da Prefeitura.
- Credibilidade: Associar-se a um escritório renomado pode trazer maior confiança junto ao público e stakeholders.

#### Desvantagens:

- Custo Elevado: Honorários geralmente são mais altos em comparação a outras soluções, impactando o orçamento municipal.
- Rigidez: A relação contratual pode ser menos flexível quanto a ajustes ou mudanças nas necessidades da Prefeitura.
- Tempo de Resposta: Pode haver demora no tempo de resposta em virtude de uma agenda cheia de atendimentos a outros clientes.

### 2. Contratação de Advogado Autônomo

Vantagens:

- Custo Reduzido: Geralmente, advogados autônomos apresentam honorários mais competitivos em relação aos escritórios.
- Flexibilidade: Maior capacidade de adaptação às demandas específicas da prefeitura, com possibilidade de negociações diretas.
- Atendimento Personalizado: O advogado pode oferecer um atendimento mais próximo e direto, promovendo relações de confiança.

#### Desvantagens:

- Limitações de Recursos: Um profissional autônomo pode não ter acesso a uma gama tão ampla de ferramentas e especialistas como um escritório.
- Risco de Sobrecarregar: Dependência de um único profissional pode representar risco em caso de ausência por doença ou afastamento.
- Menos Consistência: Dificuldade em manter a continuidade dos serviços jurídicos em caso de mudança do advogado responsável.

### 3. Formação de Parcerias com Universidades

Vantagens:



- Custo Baixo: Serviços realizados por alunos, supervisionados por professores, podem ser oferecidos por custos reduzidos ou até gratuitamente.
- Inovação: Estudantes trazem novas perspectivas e abordagens jurídicas, além de acompanhar as tendências acadêmicas.
- Apoio à Educação: Contribui para a formação prática dos alunos e fortalece a relação entre instituição e comunidade.

#### Desvantagens:

- Qualidade Variável: A experiência e a eficácia dos alunos podem ser limitadas, refletindo em resultados nem sempre satisfatórios.
- Prazo de Implementação: Pode demandar mais tempo para implementação e celeridade na resolução das demandas judiciais.
- Supervisão Necessária: É essencial contar com a supervisão constante de um professor ou advogado experiente, o que pode aumentar os custos operacionais.

#### 4. Sistema de Convênios com Advogados da OAB

##### Vantagens:

- Custos Acessíveis: Os serviços oferecidos por advogados conveniados tendem a ser mais acessíveis financeiramente, com tarifas ajustadas para a administração pública.
- Suporte Jurídico Abrangente: A OAB pode facilitar o acesso a profissionais de diversas especializações, permitindo uma abordagem multifacetada nas demandas legais.
- Confiabilidade: Os advogados filiados à OAB têm responsabilidade ética e ficam sujeitos à regulação e fiscalização do órgão.

##### Desvantagens:

- Comprometimento de Recursos: A dependência de advogados conveniados pode limitar a liberdade da prefeitura em buscar serviços fora deste convênio quando necessário.
- Tempo de Resposta: Assim como nos escritórios, o atendimento pode ficar comprometido pela demanda de trabalho dos profissionais.
- Potencial Para Conflito de Interesses: Quando associados a múltiplas instituições, pode haver conflitos de interesse que afetem a eficiência do serviço.

#### Análise

#### Comparativa:

- Custo: Advogado autônomo é a opção mais econômica, seguido por parcerias com universidades e sistema de convênios. Escritórios especializados, embora eficientes, são a solução mais cara.
- Qualidade: Escritórios de advocacia especializados tendem a oferecer a melhor qualidade, seguidos por advogados da OAB e parcerias com universidades, que apresentam maior variabilidade na qualidade.
- Flexibilidade: Advogado autônomo oferece maior flexibilidade, enquanto os escritórios e convênios possuem estruturas mais rígidas.
- Tempo de Implementação: Advogados autônomos e parcerias com universidades podem ser implementados rapidamente, enquanto escritórios e convênios podem exigir mais tempo para formalização.
- Adequação ao Interesse Público: Todas as soluções têm potencial para atender ao interesse público,



dependendo da estrutura e capacitação dos profissionais selecionados. Advogados da OAB e escritórios especializados tendem a trazer maior segurança jurídica e confiabilidade às decisões judiciais.



## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Aspectos técnicos da escolha

A contratação de escritórios de advocacia especializados surge como a solução mais adequada para atender à demanda por serviços jurídicos da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins. A escolha se fundamenta na necessidade de jurisdição técnica e eficiente, que envolve o manuseio de questões jurídicas complexas que demandam um conhecimento específico e aprofundado. Escritórios de advocacia oferecem uma equipe de profissionais com expertise em diversas áreas do Direito, garantindo um desempenho superior no manejo dos processos judiciais. Dessa forma, a experiência acumulada ao longo dos anos proporciona uma maior taxa de sucesso nas ações, minimizando riscos à gestão pública.

Além disso, os escritórios especializados possuem a infraestrutura necessária para dar suporte às demandas da prefeitura, com acesso a ferramentas e softwares atualizados que potencializam a pesquisa jurídica, análise de dados e monitoramento de prazos processuais. Essa compatibilidade tecnológica facilita a implementação rápida e eficiente das atividades jurídicas, permitindo um atendimento eficaz à complexidade das tarefas atribuídas.

Benefícios operacionais da solução

A escolha pela contratação de escritórios de advocacia também oferece benefícios operacionais significativos. Um dos principais aspectos é a possibilidade de contar com equipes que não apenas prestam serviços, mas que também garantem manutenção e suporte contínuo em relação às demandas judiciais. Escritórios de advocacia têm a capacidade de escalar suas operações conforme a variação da demanda, permitindo que a Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins tenha acesso a uma gama completa de serviços sem os desafios de contratação e gerenciamento de pessoal efetivo.

Adicionalmente, a especialização dos profissionais envolvidos assegura que a prefeitura receba recomendações jurídicas eficazes e estratégias apropriadas para cada caso, resultando em uma abordagem proativa que pode evitar litígios desnecessários. A capacidade de manejo multidisciplinar, onde diferentes áreas do Direito podem ser abordadas simultaneamente, fortalece ainda mais a eficácia dos serviços prestados.

Vantagem econômica e custo-benefício

O aspecto econômico também merece destaque nessa justificativa. Embora a contratação de escritórios de advocacia possa parecer, à primeira vista, mais onerosas que a manutenção de um corpo jurídico interno, a análise detalhada revela que essa opção apresenta um excelente custo-benefício.



Isso se deve à redução dos custos fixos relacionados à manutenção de funcionários, tais como salários, encargos trabalhistas e infraestrutura necessária para o funcionamento de um escritório interno.

Além disso, a experiência prática e conhecimento consolidado dos advogados de um escritório especializado traz um retorno significativo sobre o investimento. Com uma gestão jurídica mais eficaz, as chances de sucesso em contenciosos aumentam, reduzindo perdas financeiras decorrentes de decisões desfavoráveis. Outro ponto a ser considerado é a agilidade no tratamento de processos, o que minimiza a duração média dos litígios e seus impactos financeiros sobre a administração pública.

Finalmente, a atuação de escritórios especializados contribui para a preservação da imagem institucional da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins, evitando escândalos ou efeitos negativos que podem advir de uma má gestão das questões judiciais. Portanto, a decisão de optar pela contratação de escritórios de advocacia especializados se alinha não apenas aos interesses econômicos, mas à busca por uma administração pública eficiente, responsável e comprometida com a transparência e a legalidade.



## QUANTITATIVOS E VALORES

### ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### Lote 01

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	Contratação de serviços advocatícios especializados para ajuizamento e acompanhamento da ação anulatória de débitos fiscais com pedido de tutela de urgência até o trânsito em julgado, referente aos créditos tributários originados do lançamento de ofício autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil.	Serv	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Valor Total</b>					<b>R\$ 0,00</b>



## PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A escolha pelo parcelamento formal da contratação de serviços jurídicos especializados para a Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins justifica-se por meio da complexidade e diversidade das demandas judiciais que o município enfrenta. Ao realizar uma única licitação com adjudicação em lotes ou itens distintos, é possível atender a diferentes áreas do direito, como direito administrativo, tributário ou civil, de forma mais eficaz. Essa abordagem permite que a prefeitura contrate escritórios de advocacia com especializações distintas conforme as especificidades dos casos a serem tratados, garantindo um atendimento adaptado e de alta qualidade.



Outro ponto a ser considerado é a agilidade na prestação dos serviços, que pode ser significativamente melhorada através do parcelamento. Com a contratação de vários escritórios em lotes, a Prefeitura poderá contar com equipes dedicadas a diferentes frentes, resultando em uma atuação mais rápida e eficiente nos processos judiciais. A segmentação também favorece a negociação e a concorrência entre os fornecedores, podendo resultar em valores mais competitivos e condições contratuais mais vantajosas.

Além disso, o parcelamento pode impactar positivamente no atendimento ao interesse público, já que permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e uma resposta mais assertiva às demandas da população. A segregação dos contratos possibilita à administração pública monitorar e avaliar individualmente cada escritório contratado, assegurando que o serviço prestado se alinha às necessidades específicas de Buriti do Tocantins. Isso contribui para a transparência e a accountability, aspectos essenciais da gestão pública que reforçam a confiança da população nas ações da prefeitura.



## RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de serviços jurídicos especializados pela Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins é uma estratégia que visa à maximização da economicidade, proporcionando um melhor custo-benefício para a administração pública. A escolha de profissionais qualificados pode resultar em soluções jurídicas mais eficazes e rápidas, minimizando o tempo de tramitação de processos judiciais e, conseqüentemente, reduzindo os custos com honorários advocatícios e custas processuais. Com a contratação de serviços especializados, espera-se que a Prefeitura consiga evitar perdas financeiras decorrentes de ações mal conduzidas ou de laudos jurídicos inadequados.

Além disso, a otimização dos recursos humanos é evidente, uma vez que a contratação de profissionais externos permite que os servidores municipais se dediquem a outras atribuições administrativas e operacionais essenciais. Ao contar com advogados experientes, a Prefeitura poderá implementar estratégias de defesa mais robustas, o que aumenta as chances de sucesso nas demandas judiciais e na recuperação de créditos. Dessa forma, os recursos humanos disponíveis na administração podem ser alocados para atividades que realmente necessitam de atenção interna e expertise local.

Em termos de recursos materiais e financeiros, a solução proposta implica na racionalização dos gastos públicos. A contratação de serviços jurídicos, quando feita de forma planejada e estratégica, permite à Prefeitura manter um controle mais rigoroso sobre as despesas referentes a processos judiciais. Ao prever orçamentos específicos para essas contratações e negociar pacotes de serviços, a Administração pode garantir um melhor planejamento financeiro, evitando surpresas e comprometimentos de verbas que poderiam ser utilizadas em outros setores prioritários dos serviços públicos.

Assim, com a contratação de serviços jurídicos especializados, a Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins não só alcança a economicidade, mas também promove uma gestão eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros, gerando resultados positivos tanto no âmbito jurídico quanto nas finanças públicas.



## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a contratação de serviços jurídicos especializados visando atender as demandas judiciais da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins, é essencial adotar algumas providências específicas que garantam a efetividade da solução escolhida. Essas providências devem priorizar a qualificação dos serviços e a correta gestão contratual, atendendo às boas práticas estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

Em primeiro lugar, recomenda-se a realização de um mapeamento das demandas jurídicas existentes e previsíveis na administração municipal. Esse levantamento permitirá definir claramente o escopo dos serviços a serem contratados, possibilitando a elaboração de termos de referência que reflitam fielmente a realidade da prefeitura. Isso aumentará a probabilidade de selecionar um fornecedor com expertise nessa área e que possa oferecer soluções adequadas aos diversos tipos de litígios enfrentados pela prefeitura.

Outro ponto importante é a avaliação da necessidade de aquisição de sistemas tecnológicos para gerenciamento de processos judiciais. A implementação de uma plataforma digital pode otimizar o acompanhamento dos casos em trâmite e a gestão de prazos processuais, facilitando a coordenação entre a equipe interna e os advogados contratados. Assim, este investimento pode contribuir para a eficiência dos serviços prestados, reduzindo riscos de perdas de prazos e aprimorando a qualidade da atuação jurídica.

Adicionalmente, deve-se considerar a possibilidade de contratar consultorias especializadas para auxiliar na definição das estratégias jurídicas e na elaboração de defesas e documentos processuais complexos. Isso é especialmente relevante em áreas do direito em que a prefeitura possui pouca experiência ou que envolvem matérias técnicas específicas, garantindo que a defesa dos interesses públicos seja realizada de forma robusta e bem fundamentada.

Por fim, é recomendável que a prefeitura promova capacitações voltadas aos servidores que atuarão na fiscalização e gerenciamento do contrato, sob a justificativa de que os serviços jurídicos têm características próprias e demandam conhecimento específico sobre gestão de contratos na esfera judicial. Essa capacitação deverá abranger aspectos como a análise crítica das propostas, a monitoramento de resultados e a condução de reuniões de alinhamento com os prestadores de serviços, assegurando a qualidade e a eficácia na execução do contrato.

Essas providências, se implementadas de forma integrada e planejada, permitirão à Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins garantir a contratação eficiente de serviços jurídicos e a adequada proteção dos seus interesses legais, promovendo o uso responsável e eficaz dos recursos públicos envolvidos.



## CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Na análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de serviços jurídicos especializados para atuar em demandas judiciais, é importante considerar o contexto específico do município de Buriti do Tocantins. Após avaliação das necessidades referentes aos serviços jurídicos, verifica-se que não há contratações correlatas ou interdependentes que devam ser realizadas antes da contratação dos referidos serviços.

Os serviços jurídicos especializados requerem uma abordagem focada e única, que se relaciona diretamente às demandas judiciais específicas a serem atendidas pela prefeitura. Não são necessárias contratações adicionais relacionadas a questões como manutenção de infraestrutura, adequações prediais ou qualquer outra atividade que possa impactar indiretamente os serviços jurídicos. A atuação do serviço jurídico não depende de recursos externos ou complementares, sendo capaz de ser realizado de forma isolada e imediata, conforme as demandas emergentes.

Assim, pode-se afirmar que a contratação de serviços jurídicos especializados é suficiente para atender a demanda identificada, sem a necessidade de ajustes ou contratações correlatas. Essa singularidade na contratação garante eficiência no atendimento das questões legais enfrentadas pela prefeitura. Portanto, a análise conclui que não há contratações prévias que sejam necessárias para viabilizar a implementação da solução escolhida.



## IMPACTOS AMBIENTAIS

Na análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à contratação de serviços jurídicos especializados pela Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins, é importante considerar tanto os impactos diretos quanto aqueles indiretos, especialmente no que diz respeito ao consumo de recursos e à gestão de resíduos. Embora a atividade jurídica em si não gere grandes quantidades de resíduos físicos, algumas práticas associadas podem resultar em impactos que precisam ser mitigados.

Um dos principais impactos ambientais identificados é o uso excessivo de papel. O aumento na demanda por documentos impressos pode gerar desperdício de recursos florestais e contribuir para a geração de lixo. Para mitigar esse impacto, a recomendação é incentivar a utilização de documentos eletrônicos sempre que possível, promovendo a digitalização de processos. A adoção de assinaturas digitais pode reduzir significativamente a necessidade de impressão e arquivamento físico, além de otimizar o armazenamento e facilitar o acesso à informação.

Outro impacto relacionado é o consumo de energia durante a realização de reuniões, audiências e outras atividades presenciais. Medidas mitigadoras incluem a priorização de plataformas de videoconferência, limitando a realização de encontros presenciais apenas quando estritamente



necessário. Essa prática não só contribui para a eficiência energética, reduzindo a necessidade de deslocamentos, mas também diminui a emissão de gases de efeito estufa associados ao transporte.

No que se refere à logística reversa, é essencial que a prefeitura implemente um sistema para o correto descarte dos materiais gerados nas atividades jurídicas, tais como impressões desnecessárias e outros resíduos. Estabelecer parcerias com empresas especializadas na reciclagem de papel e plástico pode favorecer um ciclo de vida mais sustentável para esses materiais, promovendo a reciclagem e a correta destinação. Além disso, ao adotar critérios de compra para materiais de escritório, priorizando produtos reciclados e/ou recicláveis, a administração municipal poderá incentivar o mercado de materiais sustentáveis, evidenciando seu compromisso com a redução de impactos ambientais.

Por fim, é fundamental que a capacitação de servidoras e servidores públicos sobre sustentabilidade e boas práticas ambientais seja parte integrante do contrato de prestação de serviços jurídicos, garantindo que todos os envolvidos estejam alinhados às diretrizes de eficiência no uso de recursos e à minimização de impactos ambientais. Com essas medidas, a contratação dos serviços jurídicos trará benefícios não apenas em termos de solução de demandas legais, mas também refletirá uma abordagem responsável e consciente em relação ao meio ambiente.



## CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Buriti do Tocantins - TO, 12 de Maio de 2025

---

HONNY CAYRES DE BRITO

Diretor de Compras

28/2023